



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

REQUERIMENTO PARA TRAMITAÇÃO CONJUNTA

Por força do disposto no § 2º do art. 208 do Regimento Interno deste Parlamento, retornam a esta Comissão de Constituição e Justiça os autos do Projeto de Lei nº 0033.0/2015, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que “Dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamento de shopping centers, centros comerciais e hipermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências”, para análise e manifestação acerca do Parecer aprovado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (fls. 29/31), da lavra do Deputado Dirceu Dresch, que entendeu presente, *in casu*, a hipótese do prescrito no parágrafo único do art. 210 daquele Diploma legal, por haver conexão entre a presente proposta legislativa e a de nº 0048.6/2011, de autoria do Deputado Antonio Aguiar, que “Dispõe sobre a cobrança de serviços de estacionamento no Estado de Santa Catarina”.

Saliento que, conforme informa o Sistema de Acompanhamento do Processo Legislativo desta Casa (Proclegis), ao citado Projeto de Lei nº 0048.6/2011 encontram-se apensadas as proposições de ns. 0068.0/2011, 0055.5/2014, 0264.1/2014, 0031.8/2016, 0034.0/2016, 0093.0/2016, 0135.4/2017, 0508.2/2017, 0515.1/2017 e 0050.0/2018, haja vista também tratarem, por analogia ou conexão, da exploração de serviços de estacionamento de veículos em nosso Estado.

À vista disso, cotejando o presente Projeto de Lei com o de nº 0048.6/2011, verifico que procede a manifestação da Comissão de Direitos Humanos, no sentido de que há conexão entre as matérias neles veiculadas.

Em face do exposto, e com fulcro no art. 210, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, requer-se, após ouvidos os membros deste Colegiado, a tramitação conjunta do **Projeto do Lei nº 0033.0/2015**,



ora analisado, e dos **Projetos de Lei nºs 0048.6/2011, 0068.0/2011, 0055.5/2014, 0264.1/2014, 0031.8/2016, 0034.0/2016, 0093.0/2016, 0135.4/2017, 0508.2/2017, 0515.1/2017 e 0050.0/2018**, os quais já tramitam conjuntamente, por ser medida que se impõe.

Sala da Comissão,

Deputado João Amin
Relator